

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/16 -
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO,
RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS,
PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA
MUNICIPALIDADE.**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para **AQUISIÇÃO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA MUNICIPALIDADE**, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, pelo Decreto Executivo nº 011/03, de 19 de março de 2003, e pelas condições deste Edital.

HORA: 9h.

DATA: 22/06/2016.

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, fundos, sala 08, em Candelária – RS.

1 - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pneus novos, recapagens e vulcanização de pneus para os veículos e máquinas da Municipalidade, especificados abaixo:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL
1	1	300	Unidade	Pneu 1000x20,radial, borrachudo, 16 lonas, 50% terra, 50% asfalto
2	1	300	Unidade	Pneu 1000x20,radial, liso, 16 lonas, 50%terra, 50%asfalto
3	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 1000x20
4	1	300	Unidade	Pneu radial liso 1000x20
5	1	300	Unidade	Pneu 1400 x 24, 12 lonas, garra modelo G 2
6	1	300	Unidade	Pneu 1400 x 24, 16 lonas, garra modelo G 2
7	1	300	Unidade	Pneu 175 x 70 x 13, radial
8	1	300	Unidade	Pneu 175 x 70 x 14, radial
9	1	300	Unidade	Pneu 750x16, raio ou agrícola, 10 lonas
10	1	300	Unidade	Pneu 750 x 16, comum, liso, 12 lonas
11	1	300	Unidade	Pneu 750 x 16, borrachudo, 12 lonas
12	1	300	Unidade	Pneu 17.5.25, 12 lonas, garra modelo L 2
13	1	300	Unidade	Pneu 16.9.28, 12 lonas
14	1	300	Unidade	Pneu 19.5.L 24, 12 lonas
15	1	300	Unidade	Pneu 18.4.30
16	1	300	Unidade	Pneu 12.5.80.18, 10 lonas

17	1	300	Unidade	Pneu 12.4.24
18	1	300	Unidade	Pneu 11.L.16.SL
19	1	300	Unidade	Pneu 10.5.65.16, 10 lonas
20	1	300	Unidade	Pneu 185 R 14, 8 telas
21	1	300	Unidade	Pneu 195/55/R 15
22	1	300	Unidade	Pneu 195/65/R 15
23	1	300	Unidade	Pneus Radial 195/65/15
24	1	300	Unidade	Pneu 205x55x16 radial
25	1	300	Unidade	Pneus Radial 205/70/15
26	1	300	Unidade	Pneu 205/75/R 16
27	1	300	Unidade	Pneu radial liso 215x75 R 17.5
28	1	300	Unidade	Pneus Radial 215/75/17.5 Liso
29	1	300	Unidade	Pneus Radial 215/75/17.5 Borrachudo
30	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 215x75 R 17.5
31	1	300	Unidade	Pneu 225/70 R15
32	1	300	Unidade	Pneus Radial 225/70/15
33	1	300	Unidade	Pneus Radial 225/70/16
34	1	300	Unidade	Pneu 255/75 R15
35	1	300	Unidade	Pneus Radial 225/65/16
36	1	300	Unidade	Pneus Radial 255/70/16
37	1	300	Unidade	Pneus Radial 225/75/16
38	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 11 R22.5
39	1	300	Unidade	Pneu radial liso 900x20
40	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 900x20
41	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 275/80 R.22.5
42	1	300	Unidade	Pneu radial liso 275/80R.22.5
43	1	300	Unidade	Pneu comum 700x16
44	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 750x16 12 lonas
45	1	300	Unidade	Pneu 185x65x14 radial
46	1	300	Unidade	Pneu 185 R14C
47	1	300	Unidade	Pneu 700x16 comum
48	1	300	Unidade	Pneu radial misto 11 R 22.5
49	1	300	Unidade	Pneu radial borrachudo 11 R 22.5
50	1	300	Unidade	Recapagem de pneu radial a frio 1000 x 20 borrachudo
51	1	300	Unidade	Recapagem de pneu radial a frio 1000 x 20 liso
52	1	300	Unidade	Recapagem de pneu comum a frio 750 x 16 borrachudo
53	1	300	Unidade	Recapagem de pneu comum a frio 750 x 16 liso
54	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 1400 x 24, garra G 2
55	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 17.5.25, garra G 2
56	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 19.5.24
57	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 16.9.28, garra G 2
58	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 12.5.80x18
59	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 10.5.65x16
60	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 18.4.30, garra alta
61	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 18.4.30, garra baixa
62	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 12.4.24, garra baixa
63	1	300	Unidade	Recapagem de pneu 750 x 16, raído ou agrícola
64	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 1000 x 20
65	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 750 x 16

66	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 1400 x 24
67	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 17.5.25
68	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 19.5.24
69	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 16.9.28;
70	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 12.5.80x18
71	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 10.5.65x16
72	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 18.4.30
73	1	300	Unidade	Vulcanização de pneu 12.4.24

1.2 Os Itens 01 a 49 deverão atender as especificações solicitadas, serem de primeira linha, possuir Certificado de Homologação junto às montadoras estabelecidas no Brasil, Certificado de Registro no INMETRO, garantia mínima de 5 anos sem defeito de fabricação, com data de fabricação de no mínimo 2015 e estarem de acordo com as normas técnicas;

1.3 Os itens 50 a 73 deverão ter incluso no valor de cada serviço – recapagem e vulcanização - todos os custos para consertos do pneu que por ventura tiverem que ser feitos. A borracha a ser usada deverá ser de boa qualidade. Garantia mínima de 180 dias. Coleta e retorno no prazo máximo de até 07 dias após solicitação, sem custo a Prefeitura Municipal de Candelária, nas dependências desta.

1.4 A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir algum produto ou contratar os serviços, valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a adquirir os bens como contratar os serviços licitados. A aquisição ocorrerá de acordo com a demanda do contratante.

2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1 Os interessados em participarem da presente licitação, representados por pessoa credenciada autorizada a prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar documentação e propostas em 2 (dois) envelopes distintos fechados e indevassáveis, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRÊNCIA Nº 08/16
ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
CONCORRÊNCIA Nº 08/16
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

3.1.1 - REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.1.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.2.2 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

3.3 - OUTROS DOCUMENTOS

3.3.1 Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em

trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.3.2 Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.3.3 Declaração formal sob as penas da lei firmada pelo representante legal da licitante, de possuir condições de fornecer durante o prazo de validade do registro de preços, bens de iguais características ao que se encontram descritos neste edital, em quantidades compreendidas entre as informadas como mínimas e máximas.

3.4.4 Declaração que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

3.3.5 Declaração que irá realizar o recolhimento e adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis, que foram substituídos, pela respectiva contratação.

3.3.6 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

3.3.7 As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

OBSERVAÇÕES:

3.4 A microempresa e a empresa de pequeno porte bem como a cooperativa que atender ao item 3.3.6 e 3.3.7, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.1.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.5 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.6 O prazo de que trata o item 3.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.7 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 10, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 – DA PROPOSTA

O envelope nº 2 deverá conter:

4.1 – Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço unitário do item, devendo estar incluído todos os impostos e encargos inclusive os relativos ao frete.

4.1.1 A Proposta financeira, que deverá ser feita de forma clara, sem conter rasuras e entrelinhas que prejudiquem a compreensão da proposta, deverá ser assinada pelo proponente ou representante legal.

4.1.2 O proponente deverá especificar a marca do material cotado, quando for equipamento, também o modelo.

4.1.3 Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.1.4 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.1.5 Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.1.6 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura desta licitação.

5 – DO CRITERIO DE JULGAMENTO

5.1 Para efeito de julgamento da melhor proposta, será observado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6 - DO DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.1.2 Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.1.3 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.2 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.1.2, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.4 O disposto nos itens 6.1 a 6.3 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.5 Após a aplicação do disposto nos itens 6.1 a 6.3 do edital, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.6 Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.5, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor unitariamente estimado pelo Município.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8 – DOS RECURSOS

8.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

9 – DOS PRAZOS E ENTREGA

9.1 Os itens deverão ser entregues em no máximo 07 dias úteis contados a partir da emissão da nota de empenho, de segunda à sexta-feira, no horário no horário de expediente, no Almoxarifado Central, no seguinte endereço: Rua Lopes Trovão, 610 – Centro – Candelária – RS – CEP 96.930-000.

9.2 Verificada alguma desconformidade nos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

9.3 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

10 – DAS PENALIDADES

10.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.4 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos itens previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços.

11.2 Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

12- REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12(doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

13- DO PROCEDIMENTO

13.1 No local, dia e hora indicados neste edital, serão recebidos os envelopes nº1 (Documentação) e nº 2 (Propostas).

13.2 Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para entrega dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

13.3 Os representantes presentes serão credenciados e iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

13.4 Serão consideradas automaticamente inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente as condições deste edital.

13.5 Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá a abertura dos envelopes nº2, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no item 13.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante o registro da circunstância em ata.

13.6 Após decorrida a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão.

13.7 Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassáveis, desde que a empresa venha retirá-los diretamente no setor de Compras e Licitações, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

13.8 Abertas as propostas financeiras, estas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos Representantes das licitantes.

13.9 A Comissão de Licitações, reserva-se o direito de realizar a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

13.10 Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

13.11 De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada, que assinada pela Comissão de Licitações e quando for o caso, pelas licitantes presentes.

14- DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial e no site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

14.2 Homologado pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços registrados serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Município, que poderá convocar quando necessário, a celebração das contratações decorrentes, mediante empenho, durante o período de sua vigência e nas condições deste edital.

15- DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

15.2 Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

15.3 Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.4 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

15.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.6 Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.7 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os

documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.8 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.9 Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Planilha com os valores de referência.

Anexo IV – Minuta da ata de registro de preços.

15.10 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação a presente concorrência encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, na Divisão de Licitações.

15.11 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.12 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

15.13 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

15.14 As cópias extraídas da internet dos documentos solicitado neste edital, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

15.15 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.16 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

15.17 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº842 de 10 de maio de 2013.

15.18 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.19 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração,

caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.20 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.21 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.22 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.23- Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor De Licitações, em dia e horário de expediente ou pelo fone (51) 3743-8106. Cópias do edital poderão ser obtidas através do [site www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 17 de maio de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

LUCAS TADEU CALLOTI MICHELS
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Concorrência Pública nº 08/16
foi revisado em __/__/__, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto e sua descrição, uma vez que este exame
desborda da análise jurídica.

DANA BETINA CEZAR
Procuradora Geral do Município
OAB/RS Nº 43.926

TANAELA ELLWANGER MULLER
Sub-Procuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Assessora Jurídica
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da
.....(modalidade da licitação) nºque a
empresa

.....não foi
declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública,
nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que
comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos
documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a
capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-
financeira.

.....

(data)

.....

(nome)

ANEXO III

PLANILHA DE QUANTITATIVO UNITÁRIO

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	VALOR REFERÊNCIA	DE
01	UN	Pneu 1000x20,radial, borrachudo, 16 lonas, 50% terra, 50% asfalto	R\$ 1.698,00	
02	UN	Pneu 1000x20,radial, liso, 16 lonas, 50%terra, 50%asfalto	R\$ 1.609,33	
03	UN	Pneu radial borrachudo 1000x20	R\$ 1.710,67	
04	UN	Pneu radial liso 1000x20	R\$ 1.368,33	
05	UN	Pneu 1400 x 24, 12 lonas, garra modelo G 2	R\$ 2.266,67	
06	UN	Pneu 1400 x 24, 16 lonas, garra modelo G 2	R\$ 2.949,67	
07	UN	Pneu 175 x 70 x 13, radial	R\$ 221,20	
08	UN	Pneu 175 x 70 x 14, radial	R\$ 307,40	
09	UN	Pneu 750x16, raiado ou agrícola, 10 lonas	R\$ 616,33	
10	UN	Pneu 750 x 16, comum, liso, 12 lonas	R\$ 563,33	
11	UN	Pneu 750 x 16, borrachudo, 12 lonas	R\$ 601,33	
12	UN	Pneu 17.5.25, 12 lonas, garra modelo L 2	R\$ 3.950,00	
13	UN	Pneu 16.9.28, 12 lonas	R\$ 2.697,33	
14	UN	Pneu 19.5.L 24, 12 lonas	R\$ 3.022,33	
15	UN	Pneu 18.4.30	R\$ 2.810,67	
16	UN	Pneu 12.5.80.18, 10 lonas	R\$ 1.360,67	
17	UN	Pneu 12.4.24	R\$ 1.521,00	
18	UN	Pneu 11.L.16.SL	R\$ 942,33	
19	UN	Pneu 10.5.65.16, 10 lonas	R\$ 773,33	
20	UN	Pneu 185 R 14, 8 telas	R\$ 385,00	
21	UN	Pneu 195/55/R 15	R\$ 391,33	
22	UN	Pneu 195/65/R 15	R\$ 381,00	
23	UN	Pneus Radial 195/65/15	R\$ 464,00	
24	UN	Pneu 205x55x16 radial	R\$ 622,67	
25	UN	Pneus Radial 205/70/15	R\$ 567,40	
26	UN	Pneu 205/75/R 16	R\$ 563,00	
27	UN	Pneu radial liso 215x75 R 17.5	R\$ 836,67	
28	UN	Pneus Radial 215/75/17.5 Liso	R\$ 820,80	
29	UN	Pneus Radial 215/75/17.5 Borrachudo	R\$ 952,20	
30	UN	Pneu radial borrachudo 215x75 R 17.5	R\$ 1.025,00	
31	UN	Pneu 225/70 R15	R\$ 509,33	
32	UN	Pneus Radial 225/70/15	R\$ 588,00	
33	UN	Pneus Radial 225/70/16	R\$ 745,20	
34	UN	Pneu 255/75 R15	R\$ 822,33	
35	UN	Pneus Radial 225/65/16	R\$ 710,60	
36	UN	Pneus Radial 255/70/16	R\$ 937,20	
37	UN	Pneus Radial 225/75/16	R\$ 853,20	

38	UN	Pneu radial borrachudo 11 R22.5	R\$ 1.948,67
39	UN	Pneu radial liso 900x20	R\$ 1.395,00
40	UN	Pneu radial borrachudo 900x20	R\$ 1.525,33
41	UN	Pneu radial borrachudo 275/80 R.22.5	R\$ 1.875,67
42	UN	Pneu radial liso 275/80R.22.5	R\$ 1.381,33
43	UN	Pneu comum 700x16	R\$ 407,67
44	UN	Pneu radial borrachudo 750x16 12 lonas	R\$ 898,33
45	UN	Pneu 185x65x14 radial	R\$ 329,00
46	UN	Pneu 185 R14C	R\$ 388,33
47	UN	Pneu 700x16 comum	R\$ 401,00
48	UN	Pneu radial misto 11 R 22.5	R\$ 1.883,00
49	UN	Pneu radial borrachudo 11 R 22.5	R\$ 1.948,67
50	UN	Recapagem de pneu radial a frio 1000 x 20 borrachudo	R\$ 563,33
51	UN	Recapagem de pneu radial a frio 1000 x 20 liso	R\$ 556,67
52	UN	Recapagem de pneu comum a frio 750 x 16 borrachudo	R\$ 336,33
53	UN	Recapagem de pneu comum a frio 750 x 16 liso	R\$ 333,33
54	UN	Recapagem de pneu 1400 x 24, garra G 2	R\$ 1.278,33
55	UN	Recapagem de pneu 17.5.25, garra G 2	R\$ 1.781,67
56	UN	Recapagem de pneu 19.5.24	R\$ 1.731,67
57	UN	Recapagem de pneu 16.9.28, garra G 2	R\$ 1.761,67
58	UN	Recapagem de pneu 12.5.80x18	R\$ 768,00
59	UN	Recapagem de pneu 10.5.65x16	R\$ 571,33
60	UN	Recapagem de pneu 18.4.30, garra alta	R\$ 1.970,00
61	UN	Recapagem de pneu 18.4.30, garra baixa	R\$ 1.698,33
62	UN	Recapagem de pneu 12.4.24, garra baixa	R\$ 925,00
63	UN	Recapagem de pneu 750 x 16, raiado ou agrícola	R\$ 348,33
64	UN	Vulcanização de pneu 1000 x 20	R\$ 173,33
65	UN	Vulcanização de pneu 750 x 16	R\$ 135,00
66	UN	Vulcanização de pneu 1400 x 24	R\$ 370,00
67	UN	Vulcanização de pneu 17.5.25	R\$ 413,33
68	UN	Vulcanização de pneu 19.5.24	R\$ 406,67
69	UN	Vulcanização de pneu 16.9.28;	R\$ 413,33
70	UN	Vulcanização de pneu 12.5.80x18	R\$ 183,33
71	UN	Vulcanização de pneu 10.5.65x16	R\$ 77,50
72	UN	Vulcanização de pneu 18.4.30	R\$ 420,00

73	UN	Vulcanização de pneu 12.4.24	R\$ 190,00
----	----	------------------------------	------------

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ CONCORRÊNCIA Nº 08/16

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 05/16, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em _____, e publicada no _____, em _____, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Item 01: (nome da empresa), com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____;

Item 02: (nome da empresa), com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____;

Item 03: (nome da empresa), com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____.

...

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 08/16, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – CONTRATO

Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme a necessidade da Administração.

A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

4 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO

5.1 – As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores.

5.2 – Os empenhos poderão ser entregues diretamente para as contratadas ou encaminhados por meios eletrônicos, com uma antecedência mínima de dois dias úteis do dia marcado para o fornecimento.

5.3 - Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 7 (sete) dias úteis a contar da emissão da nota de empenho, no horário no horário de expediente, no Almoxarifado Central, no seguinte endereço: Rua Lopes Trovão, 610 – Centro – Candelária – RS – CEP 96.930-000.

5.4 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/serviços.

6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “e)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7- PENALIDADES

7.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

7.1.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 05 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 – Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

8.2 – Os funcionários do setor de compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

8.3 – As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo(s) Sr.(s) _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade _____, representando a(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

Candelária, em _____ de _____ de 2016.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

Representante da Empresa

Testemunhas:

.....
.....